

• Constituinte/Ordem Econômica

Aços laminados de baixo, médio e alto teor de carbono. Centro de Serviços de Aço Telex 11 44451 **60 anos Mangels** Empresa 100% Brasileira

Reforma volta a plenário sem acordo

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Até as últimas horas que antecedem a votação do capítulo da reforma agrária — marcada para hoje —, as lideranças partidárias prometiam tentar estabelecer uma ampla maioria que dê legitimidade à decisão sobre o capítulo, qualquer que ela seja.

Essa disposição foi manifestada pelos líderes dos dois maiores partidos: o deputado José Lourenço, do PFL, e o senador Mário Covas, do PMDB. "Eu não quero o 'buraco negro', mas se a nossa proposta não for aceita não ficará nada sobre a reforma agrária na Constituinte", disse Lourenço. "O ruim é se aprovarmos um texto sem a concordância de uma ampla maioria", afirmou Covas. A proposta de votação apresentada pelo líder do PFL — que comanda a ala mais conservadora do "Centrão" — foi a de que o grupo se dispõe a aprovar o texto alternativo elaborado pelo relator Bernardo Cabral, desde que a liderança do PMDB e os partidos de esquerda se comprometam a aprovar o requerimento de destaque para votação em separado, que pretende retirar do texto do relator a possibilidade de a propriedade produtiva ser desapropriada.

Caso essa estratégia de votação não seja aceita, o "Centrão" não votaria a favor da proposta de Cabral, o que pode fazer com que o capítulo caia no "buraco negro", isso é, não conste da futura Constituição. Essa possibilidade não é de todo mal vista pelo grupo e pelas lideranças dos produtores rurais. Em votação

Como será a votação

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Depois de quatro dias sem sessão, a Assembleia Nacional Constituinte retoma hoje seus trabalhos com a votação do capítulo referente à Reforma Agrária e Política Agrícola.

Na sessão de hoje, com início marcado para as 14h30, a primeira matéria a ser apreciada pelo plenário será a proposta do relator Bernardo Cabral. Se for aprovada, a votação prosseguirá com a apreciação

anterior, feita por acordo, ficou estabelecido que todas as desapropriações serão indenizadas em dinheiro, salvo nos casos previstos na Constituição. As exceções são a reforma urbana e agrária, que, pelo acordo, teriam as indenizações pagas em títulos da dívida pública. Se a reforma agrária não constar da Constituição, essa exceção não existirá, o que, tecnicamente, obrigaria que, em caso de desapropriação para esse fim, o pagamento

dos destaques a ela apresentados. No caso de ser rejeitada, isto é, não obtendo 280 votos, será posta em votação a emenda coletiva apresentada pelo PMDB, que obteve 324 assinaturas. Ser, do aprovada, segue-se o mesmo procedimento já descrito. Se for rejeitada, ocorrerá o verdadeiro "buraco negro" porque, regimentalmente, estarão esgotadas as possibilidades de se fazer constar na futura Constituição esse capítulo.

Agricultura terá muitas vantagens

por Ivanir José Bortol de Brasília

A Assembleia Nacional Constituinte deverá tomar uma decisão que vai influir na estrutura agrícola do Brasil. A primeira lei agrícola do País, que deverá ser aprovada junto com o Capítulo da Reforma Agrária, vai limitar a ação do Poder Executivo no campo da formulação dos programas de governo para o setor rural.

O Poder Legislativo irá substituir o Executivo nessa tarefa.

"A lei agrícola na prática será um conjunto de diretrizes que serão fixadas pelo Legislativo determinando os limites de ação do Poder Executivo", disse a este jornal o diretor de Planejamento da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), Célio Porto, órgão responsável por grande parte das decisões do governo no setor rural.

"Vamos pensar em medidas de apoio ao setor rural de curto e

médio prazo. Mecanismos de estímulo à produção e desenvolvimento tecnológico", detalhou o deputado Nilton Frederich do PMDB do Paraná, autor de uma emenda nas disposições transitórias que fixa em até um ano o prazo para formulação da nova lei.

O Ministério da Agricultura já está com grupos e subgrupos de estudos analisando as sugestões do Executivo para a nova lei agrícola.

A preocupação do governo está em buscar normas que possam, através da comercialização, estimular o crescimento do setor rural. "O melhor adubo é o preço", lembra Célio Porto. Para o técnico, é muito provável que essa primeira linha tenha muitos artigos indicando os setores onde o governo não deveria intervir.

PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORES

O texto constitucional prevê a execução da lei envolvendo a par-

ticípio de produtores e trabalhadores no setor de comercialização, armazenamento e transporte, onde há destaque para o atendimento às necessidades dos produtores na área creditícia e fiscal, preços de garantia, habitação para o trabalhador rural, eletrificação, seguro agrícola, assistência técnica e extensão rural e incentivo à tecnologia.

O deputado paranaense considera da maior importância o aprofundamento dos centros de pesquisa e fomento. Ele acredita, até mesmo na necessidade de reformulação das prioridades de pesquisa, buscando atender ao que considera uma "tecnologia com função social". Para ilustrar, Nilton Frederich lembra que o País nos últimos dez anos não produziu nenhuma nova variedade de feijão-preto destinado ao consumo interno. Já no setor de soja surgiram mais de cinquenta novas variedades em laboratórios do governo. A pesqui-

sa precisa ser redirecionada para o universo da atividade do produtor para que a sua propriedade tenha viabilidade", ressalta.

Maç a política de zoneamento agrícola, área de produção com determinadas vocações no País, deverá polarizar as discussões dos parlamentares, devido aos interesses regionais. "O País precisa definir linhas de apoio à agroindustrialização. Isso devemos conseguir em programas de metas para o setor rural", diz Frederich.

Estratégia do governo é votar destaques em bloco

O deputado Carlos Sant'Anna, líder da maioria na Câmara, disse, ontem à EBN, ao deixar o Palácio da Alvorada, que conversou com o presidente José Sarney sobre a estratégia que será adotada hoje, quando da votação do capítulo que trata da reforma agrária: "A tendência será votar em bloco os destaques com o parecer do relator", disse, acrescentando que se buscará votar em separado expressões que tratam da função social da terra.

O parlamentar disse que o parágrafo único do artigo 219 diz que a lei estabelecerá critérios sobre a função social da terra, vindo depois a expressão de que a "inobservância" disso permitirá a sua desapropriação nos termos do artigo 18:

"Essa expressão 'inobservância' é que vai ser

MEIO AMBIENTE GANHA ESPAÇO

E esse pensamento que poderá levar o País à busca de uma elevação da sua produtividade em que haja incorporação de novas áreas.

A preservação do meio ambiente, com a utilização de microbacias, sistema de conservação natural do solo, poderá ganhar muito espaço dentro da nova legislação sobre a agricultura.

SAUDE

Em nota distribuída à imprensa, as instituições e entidades do setor de saúde no Rio Grande do Norte manifestam sua posição, unitária e firme, em defesa da manutenção do texto já aprovado pela Comissão de Sistematização sobre saúde (Seção I do Título VIII, da Ordem Social), matéria a ser votada ainda pela Assembleia Nacional Constituinte, conforme divulgou a EBN.

Lourenço diz que não admite negociar seus princípios e convicções

por Cecília Pires de Brasília

A falta de um acordo nas votações do capítulo da Reforma Agrária deveu-se mais uma vez à intransigência do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço. Figura controversa na Constituinte, Lourenço alimenta a imagem de um dos políticos mais irascíveis da ala conservadora, recusando-se a compor com a ala do PMDB, ao lado de quem até mesmo o líder do PDS, senador Jarbas Passarinho somou esforços para que a reforma agrária fosse a plenário com o consenso da maioria.

"Sempre neguei o acordo sobre princípios e idéias com as quais não comungo. Não faria qualquer acordo tendo como premissa a reforma agrária sobre propriedades produtivas", explica Lourenço.

Liderando deputados da ala conservadora de seu partido como o deputado Alysson Paulinelli e também expoentes do "Centrão", como o deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), ele rejeitou as primeiras propostas de acordo com que levaram os constituintes ao voto, em plenário, na semana passada. O substitutivo do "Centrão" foi rejeitado e o grupo levado à primeira derrota, no capítulo da reforma agrária.

ROMPIDO O ACORDO
Inviabilizadas todas as outras propostas de acordo, por decisão de José Lourenço, foi criado o impasse com a rejeição do texto do "Centrão" e o texto da Sistematização. Para estas decisões, Lourenço ouve não apenas os negociadores do PFL e do "Centrão", como Ponte e Paulinelli, mas atende ao que as lideranças da UDR e da Sociedade Ruralista Brasileira defendem para a reforma agrária. Um líder do "Centrão" afirmou que, mesmo que o PFL quisesse partir para o acordo, aos líderes da UDR não interessa o entendimento. Eles preferem perder no voto, como José Lourenço. Lourenço nega, porém que sua posição intransigente leve tanto o PFL quanto o "Cen-



José Lourenço

trão" a derrotas na Constituinte.

"Temos tido boas vitórias. Temos ainda um bom saldo. O conceito de propriedade e o de empresa nacional foi decidido por acordo e foi bom. Perdemos na questão da mineração, mas isso, porque foi votado o que não estava no acordo. Não é possível que se faça um entendimento aqui e lá no plenário votem outra coisa", disse o líder.

DESENTENDIMENTOS COM LIDERADOS

Com estas atitudes, Lourenço acaba perdendo o comando sobre vários liderados, como o deputado Edvaldo Gonçalves e o deputado José Queiroz, que votaram na Ordem Econômica contra as orientações da liderança. "Já que você não quer votar com o partido, saia do PFL", berrou Lourenço a Edvaldo, na semana passada. "Ficar escondido no meu partido, atrás do biombo? essa não", reclamou Lourenço. Edvaldo mudou o voto e passou a obedecer ao líder.

"Quem não quiser votar com o partido, eu recomendo que saia. Não adianta votar com o PCB e o PC do B, que ficam escondidos na minha legenda", diz o líder. Ele tem uns dez nomes na "lista negra" de seu partido. "Se eles querem votar com a esquerda, que saiam". Lourenço admite que este tipo de irascibilidade pode levar o partido a derrotas, mas diz não se importar. "Se levar à derrota, a bancada que me destitua da liderança, como aconteceu com o senador Carlos Chiarelli", desafia.